



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 27 de novembro de 2015

No dia vinte e sete de novembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto - Relatório sobre a situação económica e financeira relativa ao 1º. Semestre de 2015
- 2º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Construção de Passeio na Rua Caravela e Casquinha em Freguesia de Foros de Vale de Figueira
- 3º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Realização da Feira Franca
- 4º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Requalificação de Sanitários Públicos no Parque de Mercados e Feiras de Santiago do Escoural
- 5º. Ponto - Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2016
- 6º. Ponto - Proposta de Derrama sobre o IRC para 2016
- 7º. Ponto - Proposta de fixação de taxas de IMI para 2016
- 8º. Ponto - Proposta de Mapa de Pessoal para 2016
- 9º. Ponto - Proposta de participação no IRS PARA 2016
- 10º. Ponto - Taxas e Licenças Municipais para 2016
- 11º. Ponto - Reconhecimento de interesse público municipal/Atividade pecuária
  - a) Empresa Goldenpig – Produção Suinícola, Lda.
  - b) Empresa – Infanta – Sociedade de Agricultura de Grupo, Lda.
  - c) Hendrik Roelofsen
  - d) António Henrique Estróia dos Santos
  - e) Empresa Herdade do Casão, Projetos Agrícolas, Lda.
  - f) Empresa Euroeste, S.A.
- 12º. Ponto - Declaração de Interesse Público Municipal da construção da Etar de Montemor-o-Novo
- 13º. Ponto - Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum – termo resolutivo – 1 Assistente Operacional – Cozinheiro/a
- 14º. Ponto - Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum – por tempo indeterminado – 1 Assistente Operacional – Auxiliar
- 15º. Ponto - Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum – por tempo indeterminado - Assistente Operacional – Operador de Estação Elevatória
- 16º. Ponto - Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum – por tempo indeterminado – 2 Assistentes Operacionais – Asfaltadores
- 17º. Ponto – Eleição de representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil

No que Sofio

## 18º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal

Deu início aos trabalhos a Sra. Presidente da Assembleia Municipal referindo-se à ausência de um elemento na mesa, sendo chamado para assumir as funções de segundo Secretário o eleito Sr. António Fitas.

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se a presença dos seguintes eleitos:

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Dário Miguel Tregeira Coelho, Duarte Manuel Vicente da Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, João António Abrantes Caldeira, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Manuel António Coelho, Maria Helena Coelho Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sílvia Cristina Gomes Soares e Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio. Estiveram ainda presentes Helena Maria Sousa Antunes Henriques em substituição de Sónia Cristina S. dos Ramos, António Joaquim Gens Coelho em substituição de Susana do Carmo Cortiçadas Picanço e Lina Graça Maltez em substituição de Telmo Filipe Marques Caldeira.

Ausentes desta sessão estiveram ainda os eleitos Paula Cristina Pinto Martins e Paulo Dinis Nabais Arrifes, sendo que todos os eleitos em falta, justificaram a sua ausência.

Estiveram também presentes na reunião, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Susana Mendes e Palmira Catarro e os Srs. Vereadores António Pinetra, João Marques, Henrique Lopes e Olímpio Galvão.

Retomou o uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal para informar sobre a documentação existente nas pastas distribuídas a cada eleito, destacando a ordem de trabalhos já reformulada e a renúncia de mandato, por parte da eleita Celeste de Jesus Leirias, sendo substituída pelo elemento seguinte na lista da CDU, o Sr. João António Abrantes Caldeira. Referiu-se ainda à oferta feita pela Câmara Municipal de lembranças alusivas ao Projeto "Ao Sabor das 4 Estações" e ainda do livro "O Poder Local no Alentejo Central", uma oferta da CIMAC.

Ainda no uso da palavra a Sra. Presidente da Assembleia colocou à discussão a proposta de ata da sessão anterior. Não havendo propostas de alteração, foi a mesma colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade.

Seguidamente informou que dava início ao período antes da ordem do dia.

Pediu para intervir o eleito Sr. António Fitas, para dar conhecimento sobre uma tomada de posição dos eleitos da CDU, relacionada com os recentes atentados de Paris, a qual se transcreve de seguida:

*"Os eleitos da CDU, na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, condenam veemente os atentados ocorridos em Paris, manifestam às vítimas e seus familiares a sua consternação e sentimentos de pesar e expressam ao povo francês a sua solidariedade.*

*O terrorismo, quaisquer que sejam as suas causas e objetivos, serve sempre os interesses mais reacionários. A resposta ao terrorismo passa necessariamente pelo combate às suas mais profundas causas – políticas, económicas e sociais – e pela defesa e afirmação dos valores da liberdade, da democracia, da soberania e independência dos Estados.*

*Consideramos que crimes hediondos – como aqueles que agora foram perpetrados em Paris ou como os que há poucos dias ocorreram em Beirute e no Mali – colocam a premência de uma política de desanuviamento e de paz nas relações internacionais e do respeito do direito internacional, que ponha fim às ingerências e agressões contra Estados soberanos, nomeadamente na região do Médio Oriente.*

*Em Paris foi um anoite de terror e violência, na Síria, no Iraque, no Afeganistão e na Palestina, são consecutivas as noites de agressão e terror contra civis e inocentes.*

*Sublinhamos que a recorrente imposição de acrescidas medidas atentórias de direitos e liberdades fundamentais e o incremento da escalada de ingerência e de guerra, como a realidade tem comprovado, tem alimentado o crescimento de forças racistas, xenófobas e fascistas e da sua ação de terror, que além dos territórios onde se encontram se estendem a todo o mundo.*

*Recordamos que a atual grave situação no Médio Oriente se deve, fundamentalmente, à ação dos EUA e dos seus aliados que, desde há longos anos, incrementam a ingerência e a guerra nesta região e promovem e apoiam grupos que - como aqueles que se reúnem em torno do denominado "Estado Islâmico" - são utilizados para destabilizar e agredir Estados soberanos, nomeadamente a Síria e o Iraque.*

Seguidamente pediu a palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho para manifestar, em nome de todos os eleitos pelo Partido Socialista, todo o pesar ao povo francês, pelo terror e pela ameaça à liberdade de expressão. Quanto ao documento apresentado referiu que não concorda com a última parte do texto, pois considera que se trata de uma manifestação clara de conflitualidade, visando identificar culpados, sendo assim não pode votar favoravelmente.

Para falar sobre o documento em análise, pediu a palavra o eleito Sr. Augusto Pascoal solicitando que fosse lido novamente, sendo que na sua opinião o documento deveria representar uma tomada de posição em nome da Assembleia.

Na sequência da anterior intervenção, pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, Bispo e Silveiras, António Danado para afirmar que o documento traduz uma posição política, apresentada sob a forma de tomada de posição, pelo que não deverá ser sujeito a votação.

Pediu novamente a palavra, o eleito Sr. Carlos Zorrinho, informando que a sua anterior intervenção tratou-se também de uma posição política, afirmando que *"o Partido Socialista se associa à declaração política da CDU, exceto no último parágrafo"*

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal pediu desculpa pelo lapso ocorrido e solicitou que o documento fosse relido.

Ainda sobre o assunto em análise, interveio o eleito Sr. José Grulha referindo que concorda integralmente com a tomada de posição, porque na sua opinião *"quem semeia ventos colhe tempestades, porque o Ocidente tem realizado grandes atrocidades, que não podem ser esquecidas"*.

Pediu a palavra seguidamente o eleito Sr. Joaquim Bastos afirmando concordar com as afirmações do anterior eleito, pois o que deve ser condenado são as invasões com justificação de alegadas suspeitas da existência de armamento, sendo que hoje paga-se por isso, referiu.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Sr. Carlos Zorrinho, para apresentar uma declaração política, o qual iniciou a sua intervenção saudando a existência de um novo governo em Portugal, que garante a vontade que a maioria dos portugueses expressou no passado dia quatro de outubro, os direitos fundamentais das pessoas, a reposição dos rendimentos que lhes foram retirados, bem como os compromissos internacionais assumidos por Portugal, nomeadamente o compromisso da integração europeia, da participação na moeda única e os compromissos associados à aliança de defesa geoestratégica. Disse ainda que os montemorenses escolheram a CDU para governar e o Partido Socialista como a alternativa, com a tarefa de fiscalização. Sendo que o Partido Socialista não é um partido de protestos, mas antes um partido de projetos. Acrescentou ainda que interpretando a vontade dos montemorenses, o partido manterá a posição construtiva de representar a alternativa e preparar a alternativa para o próximo ciclo autárquico, no concelho. Referiu ainda que, nesse sentido, apresentou propostas logo no primeiro ano para integrar o Plano de Atividades e Orçamento, no entanto nunca foram aceites.

*No que se foi*

Verificaram agora que parte das propostas apresentadas pelo Partido Socialista, foram enumeradas neste Plano de Atividades, esperando então que sejam levadas à prática.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Sr. António Xavier, o qual solicitou o envio da documentação para as sessões, com maior antecedência, referiu-se ainda à sua indisponibilidade para estar presente na reunião convocada para tratar da questão da constituição do Conselho Municipal de Juventude.

A Sra. Presidente da Assembleia informou que a referida reunião foi proposta pelo Sr. Vereador João Marques e que irá remeter as conclusões da mesma ao eleito pelo CDS/PP.

Interveio de seguida o eleito Sr. Rui Páscoa, solicitando que futuramente o envio da documentação por email seja em modo bcc.

A Sra. Presidente da Assembleia deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos:

1º. Ponto - Relatório sobre a situação económica e financeira relativa ao 1º. Semestre de 2015

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal informou que o documento foi remetido para conhecimento da situação económica e financeira da Câmara Municipal.

Pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Bastos dizendo que a estrutura de receita autárquica advém de três tipos distintos de receitas, as transferências do orçamento geral do Estado, as receitas fiscais e as suas próprias receitas.

Quanto maiores forem as receitas próprias maior será a autonomia da autarquia. Acrescentou ainda que ao analisar o documento verificou que 60% das receitas respeitam a transferências do Estado e apenas 40% dizem respeito a receitas próprias, verificou ainda que o Município está demasiado dependente das transferências do Estado.

Referiu ainda preocupação, sobre os alertas referidas pelo ROC sobre a percentagem de execução de receitas próprias no corrente ano, pois já no ano de 2014 este requisito não foi cumprido.

Alertou ainda para o valor apresentado de despesas de pessoal que já excede o valor anual, relativamente ao ano transato.

Interveio de seguida o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras afirmando que relativamente à anterior intervenção, é importante lembrar que o orçamento municipal foi aprovado antes da publicação do orçamento de Estado e que as previsões orçamentais aprovadas por este órgão relativamente ao OE, não se concretizaram na sua totalidade. Acrescentou ainda que foram os eleitos desta Assembleia que autorizaram a contratação a título excecional de pessoal.

Não considera ser preocupante o valor deste tipo de despesa tendo em conta que se trata de uma norma prevista em cada um dos orçamentos de Estado, sendo que com a não aprovação do próximo orçamento antes do dia 1 de janeiro, todas as normas excecionais caducam a 31 de dezembro.

Sobre o assunto em discussão, pediu a palavra a eleita Sra. Helena Antunes referindo querer chamar a atenção para a subida do passivo, relativamente ao mesmo trimestre de 2014, assim como do rácio do endividamento. Para além disso referiu ainda que a rentabilidade financeira diminuiu.

A receita própria continua muito baixa e as despesas com pessoal são relativamente elevadas. Quanto às receitas previstas apenas foram executadas 41,3 %, ficando muito abaixo dos 85%, verificando-se um grande peso quanto às transferências do Estado.

Comparativamente ao final de 2014, também os compromissos com fornecedores em atraso sofreram um acréscimo. Finalizou a sua intervenção referindo que a Câmara deverá ter em conta as chamadas de atenção do documento.

Sobre este primeiro ponto, pediu a palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmando que tomou a devida nota de todas as análises feitas, bem como das conclusões sintetizadas no documento.

Relativamente ao aumento do passivo, a Sra. Presidente da Câmara referiu que o mesmo está relacionado com o registo do Fundo de Apoio Municipal e sobre o qual o Município já manifestou a discordância quanto à sua aplicação e consequências nas contas municipais.

Referiu ainda que o nível de execução das receitas é uma norma da Lei das Finanças Locais, a qual não tem qualquer penalização para as autarquias, mas ainda assim tomámos a devida nota dos alertas aqui manifestados. Acrescentou ainda que o Relatório evidencia também uma redução do valor da dívida, no primeiro semestre, bem como faz referência a que as regras de equilíbrio orçamental e financeiro foram cumpridas, o que é um aspeto positivo.

Pedi a palavra, de novo, o eleito Sr. Joaquim Bastos afirmando que a sua função de eleito é de alertar para os aspetos menos positivos, ainda assim congratula-se pessoalmente pelos aspetos positivos enumerados pela Sra. Presidente da Câmara. Referiu ainda concordar plenamente com a opinião da Sra. Presidente no que respeita ao FAM, pois é injusto que uns municípios tenham que pagar as dívidas que outros contraíram.

E não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia passou para o segundo ponto da Ordem de Trabalhos.

2º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Construção de Passeio na Rua Caravela e Casquinha em Freguesia de Foros de Vale de Figueira

Relativamente ao documento, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, afirmou tratar-se de uma proposta no âmbito dos Protocolos de Colaboração entre a Câmara e as Juntas de Freguesia.

Uma vez que não houve quaisquer pedidos de intervenção, foi o documento colocado à votação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

3º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Realização da Feira Franca

Sobre o documento a Sra. Presidente da Câmara informou que se trata de um Protocolo de Colaboração com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, que visa promover a realização da tradicional Feira Franca.

Para falar sobre o documento em análise, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Bastos informando que na Freguesia de Cabrela, pensa-se, a curto prazo, reativar também a Feira Franca e lembrou que as freguesias que realizam este tipo de Feiras têm direito a um apoio monetário por parte da Câmara.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Requalificação de Sanitários Públicos no Parque de Mercados e Feiras de Santiago do Escoural

A Sra. Presidente informou que se tratava de uma proposta de apoio relativamente a uma intervenção no Parque de Mercados e Feiras de Santiago do Escoural, concretamente para renovação dos Sanitários Públicos.

Não havendo, pedidos de intervenção, foi o documento colocado a votação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5º. Ponto - Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2016

Relativamente ao documento em discussão neste ponto, a Sra. Presidente referiu que é a proposta de orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano possível de trabalhar, devido ao fato de não serem ainda conhecidas as linhas gerais relativamente ao Orçamento de Estado



*Noque Sofia*

para 2016. Ainda assim, ambos os documentos mantêm a perspetiva de concretização de investimentos, de continuação de uma política de investimento público, alicerçada através de uma estratégia de captação de financiamentos comunitários, quer através de investimento próprio ou em parceria com instituições, destacando o PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), o qual dará continuidade a uma intervenção no âmbito da regeneração urbana na cidade.

Referiu-se ainda à importância dos projetos que integram o pacto para o desenvolvimento e coesão territorial, dinamizados pela Comunidade Intermunicipal, respeitantes a projetos municipais e intermunicipais em várias áreas, que visam também beneficiar o nosso concelho. Ainda sobre o documento em análise, destacou a intervenção na modernização dos serviços públicos, o investimento na modernização administrativa, a dinamização do CAME, a promoção do Concelho, as Feiras e Eventos, a promoção de rotas turísticas, entre outros.

Está também prevista a conclusão do novo edifício da Oficina da Criança, a execução de uma primeira intervenção na cobertura do Mercado Municipal e a concretização de um conjunto de investimentos em parceria com as Juntas de Freguesia.

Ainda no uso da palavra, afirmou que está prevista a revisão do Programa Mor Solidário, cuja primeira reformulação permitiu já alargar um conjunto de benefícios às famílias abrangidas.

Em conclusão, afirmou que apesar de ser um orçamento de contenção, visa dar resposta às principais necessidades para o concelho, assim como garantir a capacidade de investimento.

Para falar sobre este primeiro ponto, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Galvão para referir que foi com muita alegria que os eleitos pelo Partido Socialista verificaram que as propostas formuladas pelos vereadores eleitos na Câmara, ao longo do mandato figuram, pela primeira vez, no orçamento municipal e esperam que as mesmas venham a ser concretizadas. Informou ainda que os eleitos se irão abster na votação dos documentos.

Acrescentou ainda que o Srs. Vereadores já terão colocado em reunião de câmara todas as questões que tinham dúvidas e relativamente às quais ficaram esclarecidos.

Pediu de seguida para intervir a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Ciburro, Helena Sabino Salvaterra, solicitando também o envio da documentação com maior antecedência, tratando-se de documentação tão extensa, como no caso desta sessão.

Relativamente ao documento em discussão, solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente acerca dos arruamentos em falta na freguesia, porque apesar de terem sido sugeridos há vários anos, não estão previstos no Orçamento Municipal.

Considera ainda insuficiente a verba destinada à beneficiação da Estrada de Lavre, referindo ainda a grande importância da beneficiação do sistema de abastecimento de água à freguesia, que já estava contemplado no anterior orçamento, mas que efetivamente não foi realizado. Fez ainda referência à verba destinada à requalificação no mobiliário urbano e equipamentos infantis, questionando a Câmara Municipal se estão incluídas as requalificações nos parques infantis das freguesias, no caso concreto da freguesia a que preside.

Pediu a palavra, o eleito Sr. Augusto Pascoal, referindo que Montemor-o-Novo está no mapa de Portugal como um dos concelhos de grande expressão cultural. Também está no Mapa do Alentejo, relativamente a muitos aspetos, por exemplo no que respeita à educação, por tudo o que tem sido feito contra as políticas nacionais, que querem retirar o direito a uma educação com qualidade e por toda a preocupação demonstrada em encontrar soluções de apoio a quem dele mais precisa. Na sua opinião pessoal é justo que se diga que este orçamento, demonstra que se procura fazer tudo isso, o que considera ser de louvar.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Sr. José Grulha que salientou que um orçamento com menos um milhão de euros, tem decerto um peso significativo em tudo o que se pretende fazer no concelho. Os documentos apresentados revelam uma abrangência muito grande a todos níveis, desportivo, cultural, etc. Ainda no uso da palavra, o mesmo eleito desejou que o Programa PEDU tenha tanto êxito como teve o

*Moque Sofio*

Programa Montemor Pedra a Pedra, assim como a importância da melhoria da prestação de serviços públicos à população. Realçou ainda a obra da Oficina da Criança. Finalizou a sua intervenção afirmando que os eleitos estão a cumprir o Programa Eleitoral a que se propuseram e que os Montemorenses sufragaram em 2013.

Ainda sobre o mesmo ponto, pediu a palavra o eleito Sr. António Xavier referindo que os jovens continuam a sair da cidade, que olham Montemor sem futuro e que estão cada vez mais desligados da sua terra. Disse ainda que a nível de ambiente e natureza, o rio Almansor está numa situação deprimente e sobre a qual a Câmara nada tem feito. Referiu-se à falta de atividades que deem vida ao rio, como foi o Evento Ananil.

Acrescentou ainda que a Câmara deveria reduzir os impostos municipais aos montemorenses, porque não basta criticar os aumentos fiscais.

Pediu para intervir de seguida, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras afirmando a sua satisfação pelo reconhecimento da importância do projeto Ananil, por parte do eleito do CDS/PP. Projeto importante não só para o rio, como para a cultura em Montemor, mas que infelizmente não pode continuar por falta de financiamento.

Afirmou de seguida, o mesmo eleito que a razão para não se fixarem jovens se deve ao encerramento de serviços públicos, onde a dinamização por parte do Estado é nula. Nas nossas aldeias encerram escolas, Postos da GNR, Postos dos CTT, as próprias freguesias foram extintas, que era o Poder Local mais próximo das populações. Ainda que aqui em Montemor tenha sido decidido politicamente que nenhuma das instalações existentes nas freguesias seriam encerradas.

A área cultural tem sido o expoente máximo da captação de jovens. No que respeita à área da ação social, com apoios comunitários, mas também do Município, vão ser abertos até ao final do ano dois lares residenciais, um da Associação Porta Mágica e outro da Cercimor. Para além disso o Lar da Associação o Girassol, de S. Geraldo também teve o apoio do Município, bem como o Sobreiro em Cortiçadas de Lavre. O Município tudo tem feito para travar esta tentativa de desertificação, no nosso concelho, dentro dos limites possíveis. O documento apresentado é essencialmente realista.

Interviu de seguida, o eleito Sr. Joaquim Bastos salientando no que respeita ao património edificado, os documentos não fazem qualquer referência à recuperação do Convento de S. Domingos, o qual apesar do aspeto exterior não demonstrar, carece de melhoramentos profundos.

Falou ainda sobre o Projeto Ananil, referindo que já no seu mandato como Vereador na Câmara Municipal, em 1992, foi recebido um projeto aliciante para o rio Almansor, por parte da Direção Regional do Ambiente. Sendo que nessa altura o Partido Socialista apresentou a proposta de instalação das Piscinas Recreativas na margem esquerda do rio, junto à Fonte das Bolas, porque na altura um dos objetivos era eliminar o lançamento de dejetos no rio. Hoje poderia ser uma realidade naquele local, um conjunto de infraestruturas.

Pediu de novo a palavra, para dizer que nunca disse mal do projeto Ananil e que Projeto terá terminado porque devido ao fato de terem ocorrido outro tipo de atividades, que não com as escolas. Não foi por falta de financiamento governamental. Na sua opinião a Câmara pode continuar só por si a investir no Projeto.

Quanto à fixação de empresas, considera que algo estará mal, uma vez que se fixam empresas em Vendas Novas e Évora, apenas aqui não.

Pediu para intervir de seguida, a eleita Sra. Helena Antunes afirmando que não concorda com muitas das propostas expressas no orçamento. Perante as afirmações do eleito António Danado afirmou que apesar da cultura ser um ponto de fixação de jovens, a Câmara não se pode cingir apenas ao desenvolvimento cultural, mas também noutras áreas. Não serão as iniciativas culturais que irão resolver a questão da desertificação, haveria outras medidas,

*Moque Sofr*

nomeadamente sociais, outros incentivos que no entanto não aparecem expressas nos documentos. Na sua opinião, a Câmara não utiliza eficazmente os dinheiros públicos, nomeadamente na cedência de autocarros e apoios a instituições.

Pediu de novo para intervir o eleito Sr. José Grulha afirmando que a cedência de viaturas municipais está prevista na lei, a qual foi aprovada pelo governo do PS e do PSD.

Seguidamente pediu a palavra, o eleito Sr. António Fitas salientou que efetivamente a cultura gera receitas para o Município, mas é também devido ao orçamento municipal que isso acontece, ainda que não seja visível a todos. Qualquer que seja a associação, quer seja cultural, desportiva, social, sindical, etc, tem direito a receber apoio por parte do Município.

A Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Sr. Guilherme Franco que afirmou que os documentos referem-se a outras iniciativas e não apenas de cariz cultural. Como os Programas MorInvest, Km0, Montemor Solidário, Rede Natura 2000.

Pediu a palavra o eleito Sr. Alexandre Pirata, o qual afirmou que a instalação de empresas, não depende apenas das políticas desenvolvidas pelos municípios, mas também das políticas nacionais e até internacionais.

Referiu depois que o orçamento reflete muitos dos incentivos à fixação de empresas, para além de apoios na área cultural, desportiva, ao Movimento Associativo e de apoios a outras entidades apartidárias. Considera ainda que uma das razões para o abandono do concelho são os apoios para o não desenvolvimento da agricultura.

De seguida pediu para usar da palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho, reconhecendo a importância do concelho em termos culturais e referindo que se deve não só ao trabalho da autarquia, como às políticas regionais, centrais e europeias. No entanto na área empresarial, Montemor não tem estado à altura do desafio e a responsabilidade não pode ser apenas atribuída ao Estado.

A Sra. Presidente da Câmara interveio de seguida, afirmando, em resposta às questões colocadas pela Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Ciborro, que não é apenas naquela freguesia que ainda estão arruamentos por executar. Informou ainda que foi considerada prioritária para 2016, a resolução do problema no sistema de abastecimento de água. Quanto às intervenções nos parques infantis, a questão também foi tratada atendendo às prioridades estabelecidas, de acordo com o levantamento feito pelos serviços. Disse ainda que um orçamento com os valores apresentados, não será possível dar resposta a todas as necessidades urgentes no concelho, no entanto considera serem injustas as afirmações de que nos últimos anos não houveram incentivos à fixação de jovens ou de empresas.

A Câmara tem desenvolvido ações para fixação de empresas, facilitando a sua instalação e na promoção de encontros entre investidores do concelho e de outras regiões, os quais irão continuar a acontecer. Para além disso este Orçamento Municipal não agrava a carga fiscal para as famílias e empresas e por outro lado mantém a preocupação através de medidas já tomadas no ano de 2015 e que irão ter continuidade neste próximo ano, nomeadamente no que respeita ao Programa MorSolidário.

Referiu-se de seguida à intervenção da eleita Sra. Helena Antunes, questionando a eleita sobre quais as medidas que deveriam ter sido consideradas neste orçamento, uma vez que o PSD não remeteu qualquer tipo de proposta para integrar o documento, à semelhança do que fizeram outras forças políticas.

Dado não haver mais pedidos para uso da palavra, foram os documentos colocados à votação.

**Deliberação:** Aprovado por maioria com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU, oito abstenções dos eleitos pelo PS e dois votos contra dos eleitos pelo CDS/PP e pelo PSD.

Pediu a palavra o eleito Sr. José Grulha, para apresentar uma declaração de voto em nome de todos os eleitos da CDU, a qual se transcreve de seguida:

*Os eleitos da CDU votam favoravelmente a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2016 porque estas dão continuidade à estratégia de desenvolvimento do*



*Moisés Soares*

concelho, tendo como orientação estratégica o programa eleitoral aprovado nas eleições autárquicas de setembro de 2013.

Embora fortemente condicionadas pelos constrangimentos da situação do país e do Poder Local, as Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2016 mantêm a perspetiva de concretizar investimentos importantes no quadro da estratégia equilibrada de captação de financiamentos comunitários para o concelho (investimentos próprios e parcerias com instituições). Aqui destacamos o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano cuja aprovação da candidatura se aguarda e que sustenta a continuidade da intervenção na regeneração urbana, qualificação do espaço público e mobilidade na cidade, numa intervenção que se estenderá até 2020.

Importa também referir os projetos municipais e intermunicipais que integram o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial PDCT da CIMAC, do qual se destacam os percursos e rotas turísticas, os centros interpretativo do Alentejo, o combate ao abandono escolar, a inclusão pela Cultura e qualificação de escolas e Jardins de Infância do concelho.

Estas Opções do Plano e Orçamento para 2016 assumem a valorização e defesa do serviço público e da defesa dos direitos dos trabalhadores como prioridades, com a proposta de importantes investimentos nas instalações para os serviços municipais, na modernização administrativa, mas também prioritária a intervenção na atração de investimento e promoção do concelho, dinamização e promoção do concelho em redes de promoção do território, dinamização do CAME, participação em feiras e eventos, criação e consolidação de rotas turísticas e qualificação e promoção das áreas de localização de atividades económicas. Será concluída a Carta Estratégica Montemor 2025.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2016 assumem ainda intervenções nas áreas do património cultural, arruamentos, renovação e qualificação de infraestruturas de águas e saneamento em todo o concelho. Mantêm-se, renovam-se e dinamizam-se os projetos já consolidados na área da Cultura, desporto, educação, educação. Destacamos a conclusão do novo edifício da Oficina da Criança.

Na área da Ação Social, destaca-se a revisão do Programa Morsolidário, cuja primeira reformulação ainda em 2015, permitiu o alargamento do número de famílias abrangidas pelos apoios definidos.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2016 são equilibrados e dão resposta às necessidades do concelho, não agravam a carga fiscal das famílias e das empresas, garantem capacidade de investimento e demonstram um aviso estratégico para o presente e o futuro de Montemor-o-Novo.

#### 6º. Ponto - Proposta de Derrama sobre o IRC para 2016

Sobre este ponto, interveio a Sra. Presidente da Câmara Municipal referindo que as razões desta proposta estão fundamentadas conforme documento remetido aos eleitos e anteriormente aprovada em reunião de Câmara. Salientou que o valor da derrama tem grande importância na receita municipal.

Informou ainda que nos contactos realizados com os agentes económicos do concelho, estes transmitiram três níveis de preocupações, sendo que não são possíveis de resolver com a descida da taxa de derrama. Uma dessas preocupações tem a ver com a elevada carga fiscal, outra com as dificuldades no acesso ao crédito e por último a perda de poder de compra.

Sobre este ponto pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Galvão, o qual afirmou que esta taxa de derrama será aplicada em muito poucas empresas no nosso concelho, devido ao volume de vendas. É preciso atrair grandes empresas. Apresentou a sugestão de que fosse criada uma isenção para empresas que se fixassem por um período mínimo de 5 anos e que criassem entre 5 a 10 postos de trabalho.

Pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.º. Sra. da Vila, N.º. Sra. do Bispo e Silveiras para afirmar que as devoluções de derrama já foram aprovadas pela Assembleia Municipal, há alguns anos. Encontram-se previstas no Regulamento de Investimento da Zona Industrial da Adua, com o intuito de serem fiscalizadas à posteriori.

Dado não haver mais pedidos de intervenção, foi o documento colocado à votação.

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezassete votos a favor dos eleitos pela CDU e de um eleito pelo PS e nove votos contra dos restantes eleitos pelo PS, da eleita pelo PSD e do eleito pelo CDS/PP.

#### 7.º. Ponto - Proposta de fixação de taxas de IMI para 2016

Relativamente a esta proposta a Sra. Presidente da Câmara afirmou que pelo segundo ano consecutivo, se propõe a aplicação da taxa mínima no concelho. Desde 2011, que a Câmara tem vindo a descer a taxa de IMI, o que correspondeu a um apoio direto aos agregados familiares.

Sobre esta proposta, pediu para usar da palavra o eleito Sr. António Xavier afirmando que a Câmara tomou a decisão correta ao manter a taxa de mínima de IMI. Referiu ainda congratular-se com o facto de no orçamento municipal ter sido aumentada a rubrica respeitante às famílias.

Pediu para usar da palavra, o eleito Sr. Joaquim Galvão para se congratular pelo valor da taxa de IMI apresentada na proposta. Manifestou no entanto, alguma tristeza porque não vem contemplada no documento a isenção proposta pelo governo para famílias com 1 a 3 filhos.

De seguida, interveio a eleita Sra. Helena Antunes afirmando lamentar que não seja aplicada a redução da taxa respeitante ao número de dependentes do agregado familiar, à semelhança do que já aconteceu com outras Câmaras Municipais.

Pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.º. Sra. da Vila, N.º. Sra. do Bispo e Silveiras afirmou que os Municípios que decidiram aplicar a taxa mínima, como no caso de Montemor, preocupam-se com todas as famílias.

A Sra. Presidente interveio de seguida para informar que o serviço de fiscalização já iniciou o trabalho de pesquisa relativamente às majorações e minorações, apresentadas na proposta, no sentido de poder disponibilizar essa informação a todos os munícipes.

Relativamente à medida de redução adicional da taxa proposta pelo governo, a Sra. Presidente afirmou que a informação disponibilizada pela Autoridade Tributária não faz qualquer referência ao valor dos rendimentos auferidos pelas famílias, apenas à composição do agregado familiar, por isso a Câmara Municipal tomou a decisão de aplicar a taxa mínima para todos os agregados familiares.

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação.

Deliberação: Aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos eleitos pela CDU, do eleito pelo CDS/PP e de um eleito pelo PS e oito abstenções dos restantes eleitos pelo PS e da eleita pelo PSD.

#### 8.º. Ponto - Proposta de Mapa de Pessoal para 2016

A Sra. Presidente da Câmara informou que o Mapa de Pessoal tem uma estrutura semelhante aos anos anteriores, não aumentando o número total de postos de trabalho.

Não havendo qualquer questão a colocar, foi o documento colocado a votação.

Deliberação: Aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos eleitos pela CDU e de dois eleitos pelo PS e oito abstenções dos restantes eleitos pelo PS, da eleita pelo PSD e do eleito pelo CDS/PP.

#### 9.º. Ponto - Proposta de participação no IRS para 2016

*Moque Sofu*

Sobre o documento em discussão, a Sra. Presidente da Câmara afirmou que cada vez menos famílias liquidam IRS, uma vez que não possuem rendimentos suficientes. A Câmara Municipal decidiu que a participação no IRS para o próximo ano se mantenha na totalidade.

Pedi a palavra seguidamente o eleito Sr. Joaquim Galvão referindo que uma vez que a Câmara obteve resultados líquidos positivos nos cinco últimos anos, poderia agora abdicar de metade do valor da taxa a favor das famílias.

Não havendo mais pedidos de uso da palavra, foi colocada à votação a proposta.

Deliberação: Aprovado por maioria, com quinze votos a favor dos eleitos pela CDU, nove votos contra dos eleitos pelo PS, pelo PSD e pelo CDS/PP e uma abstenção de um eleito pelo PS.

Pedi a palavra o eleito Sr. José Grulha para fazer uma declaração voto, em nome pessoal, a qual se transcreve de seguida:

*Voto favoravelmente este ponto da ordem de trabalho, porque penso que existe justiça no proposto, no entanto considero que por parte da oposição não há coerência no que diz, uma vez que no primeiro ponto da ordem de trabalhos (Relatório sobre a situação económica do concelho), falaram algumas vezes sobre a fraca capacidade do Município em obter receitas próprias e agora votam desfavoravelmente.*

#### 10º. Ponto - Taxas e Licenças Municipais para 2016

Intervio a Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmando que os valores apresentados se mantêm relativamente ao ano de 2014.

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação o documento.

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos eleitos pela CDU e dos eleitos pelo PS e duas abstenções dos eleitos pelo PSD e pelo CDS/PP.

#### 11º. Ponto - Reconhecimento de interesse público municipal/Atividade pecuária

Pedi a palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal dizendo que as propostas apresentadas resultam da possibilidade de aplicação às diversas atividades do Regime de Regularização Extraordinário de Estabelecimentos Industriais, o qual permite a regularização da respetiva atividade através do reconhecimento de interesse público municipal.

A avaliação foi feita com base em diversos critérios, tendo-se concluído que reúnem as condições para serem reconhecidas, no âmbito desta legislação.

No entanto, o processo não fica concluído, sendo que as empresas têm que se responsabilizar por cumprir um outro conjunto de aspetos, como o ordenamento do territórios e de questões a nível ambiental, cuja avaliação será feita por parte de uma Comissão de análise.

Tratam-se de atividades económicas desenvolvidas no nosso concelho há vários anos, mas que por razões várias, não têm conseguido concluir os seus processos de regularização, por isso consideramos oportuna a intervenção, tanto da Câmara como da Assembleia Municipal.

Pedi para intervir o eleito Sr. Alexandre Pirata, o qual referiu que estas empresas se têm confrontado com muitas dificuldades no desenvolvimento das suas atividades económicas, bem como na construção de infraestruturas. Muitas destas empresas estão regularizadas mas apenas com carácter provisório. Disse ainda o mesmo eleito que deve ser reconhecido o esforço financeiro feito pelas mesmas, de modo a possibilitar uma melhoria nas condições de produção e das condições ambientais para o bem-estar animal.

Destacou ainda a sua importância a nível social, através da manutenção de muitos postos de trabalhos e a nível económico de grande importância para a economia do concelho.

Não havendo mais pedidos de uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia colocou a votação as propostas referentes a cada uma das empresas:

a) Empresa Goldenpig – Produção Suinícola, Lda.

*Mogue Sfr*

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos eleitos pela CDU, dos eleitos pelo PS e do eleito pelo CDS/PP e uma abstenção da eleita pelo PSD.

b) Empresa – Infanta – Sociedade de Agricultura de Grupo, Lda.

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos eleitos pela CDU, dos eleitos pelo PS e do eleito pelo CDS/PP e uma abstenção da eleita pelo PSD.

c) Hendrik Roelofsen

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos eleitos pela CDU, dos eleitos pelo PS e do eleito pelo CDS/PP e uma abstenção da eleita pelo PSD.

d) António Henrique Estróia dos Santos

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos eleitos pela CDU, dos eleitos pelo PS e do eleito pelo CDS/PP e uma abstenção da eleita pelo PSD.

e) Empresa Herdade do Casão, Projetos Agrícolas, Lda

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos eleitos pela CDU, dos eleitos pelo PS e do eleito pelo CDS/PP e uma abstenção da eleita pelo PSD..

f) Empresa Euroeste, S.A.

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos eleitos pela CDU, dos eleitos pelo PS e do eleito pelo CDS/PP e uma abstenção da eleita pelo PSD.

g) Pecuária da Rosenta, Lda.

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos eleitos pela CDU, dos eleitos pelo PS e do eleito pelo CDS/PP e uma abstenção da eleita pelo PSD.

12º. Ponto - Declaração de Interesse Público Municipal da construção da Etar de Montemor-o-Novo

A Sra. Presidente da Câmara disse que a proposta apresentada foi solicitada pela empresa Águas Públicas do Alentejo, no âmbito do processo que estão a desenvolver de construção da nova Etar de Montemor e que de acordo com os argumentos apresentados considera que se justifica plenamente a emissão da declaração de interesse municipal.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

13º. Ponto - Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum – termo resolutivo – 1 Assistente Operacional – Cozinheiro/a

Sobre esta proposta, a Sra. Presidente da Câmara referiu tratar-se da contratação de um Assistente Operacional para uma das cantinas municipais, a tempo determinado, devido à aposentação de uma funcionária.

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos eleitos pela CDU, dos eleitos pelo PS, do eleito pelo CDS/PP e uma abstenção da eleita pelo PSD.

14º. Ponto - Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum – por tempo indeterminado – 1 Assistente Operacional – Auxiliar

Quanto a este ponto a Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmou que se trata da contratação por tempo indeterminado, de um Assistente Operacional também para substituição de uma funcionária por motivos de aposentação.

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos eleitos pela CDU, dos eleitos pelo PS, do eleito pelo CDS/PP e uma abstenção da eleita pelo PSD.



15º. Ponto - Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum – por tempo indeterminado - Assistente Operacional – Operador de Estação Elevatória  
Sobre este ponto, a Sra. Presidente da Câmara afirmou que tratar-se da alteração contratual de um posto de trabalho já existente.

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos eleitos pela CDU, dos eleitos pelo PS, do eleito pelo CDS/PP e uma abstenção da eleita pelo PSD.

16º. Ponto - Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum – por tempo indeterminado – 2 Assistentes Operacionais – Asfaltadores

A proposta refere-se à abertura de dois procedimentos concursais, para alteração da relação contratual de tempo determinado para tempo indeterminado.

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos eleitos pela CDU, dos eleitos pelo PS, do eleito pelo CDS/PP e uma abstenção da eleita pelo PSD.

17º. Ponto – Eleição de representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal referiu que a proposta resulta de uma alteração á Lei nº27/2006 de 03/07, que tem a ver com a eleição dos Conselhos Municipais de Proteção Civil, sendo que a nova lei (nº80/2015 de 03/08) diz que deve ter assento um representante das Juntas de Freguesia a designar pela Assembleia Municipal.

Pediu a palavra o eleito Sr. Manuel Coelho referindo que "*gostava de saber quem foi o crânio que fez esta lei*", porque na sua opinião não tem qualquer razão de ser, também ele sempre participou nas sessões do Conselho Municipal de Proteção Civil, enquanto Presidente de Junta de Freguesia do Ciborro.

Sobre o mesmo assunto pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras para afirmar que "*estes crânios que criaram a lei, relativamente a Montemor são umas autênticas bestas*", pois em muitas juntas de Freguesia a norte e centro do país não participam nenhuns representantes das Juntas de Freguesia. De seguida propôs que sejam convidados como entidades a participar nas sessões do CMPC, todos os Presidentes de Junta de Freguesia, porque temos um concelho enorme e tem muita a importância a sua presença, uma vez que habitualmente reúne em conjunto com a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

De seguida pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Galvão afirmando concordar com a proposta apresentada pelo eleito da CDU e que o Partido Socialista não apresentará nenhuma proposta, sendo que o representante das Juntas de Freguesia que hoje será aqui eleito deverá responsabilizar-se por propor essa alteração.

De seguida, usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre afirmando que na sua opinião todos os Presidentes de Junta deveriam estar representados no Conselho Municipal, porque todos têm informações a prestar, sobre cada uma das realidades da sua freguesia.

No entanto, como a legislação assim o determina, apresentou uma proposta de representante, em nome da bancada da CDU. A proposta refere-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras.

Interveio seguidamente o eleito Sr. Carlos Zorrinho para referir que o representante que após ter assento como membro efetivo no Conselho Municipal de Proteção Civil, deverá apresentar a proposta de integração dos restantes Presidentes de Junta de Freguesia.

Retomou o uso da palavra, o Sr. Presidente António Danado, para assumir o compromisso, se for hoje eleito, de apresentar a referida proposta.

De seguida, teve lugar a referida eleição, por voto secreto.

Deliberação: Foi apresentada uma única lista, denominada de Lista A, que propunha como representante das Juntas de Freguesia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, Sr. António Joaquim da Silva Danado.

A referida proposta foi aprovada, com vinte e cinco votos a favor e um voto em branco.

18º. Ponto – Proposta de Protocolo para fornecimento de refeições escolares com a União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – ano letivo 2015-2016

A Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmou tratar-se de uma proposta para fornecimento de refeições escolares à Escola e Jardim de Infância de Lavre.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

19º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal

Para além de toda a informação prestada, no documento já remetido, a Sra. Presidente da Câmara Municipal referiu que estão a decorrer os trabalhos sobre a Carta Estratégica, pelo que solicitou que todos possam dar o seu contributo em prol de Montemor.

Retomando o uso da palavra a Sra. Presidente da Assembleia Municipal informou que se encontra nas pastas distribuídas aos eleitos, a proposta de calendarização das sessões para o próximo ano, sendo que é uma proposta da mesa.

De seguida, deu a palavra ao público e não houve nenhum pedido de uso da palavra.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e trinta minutos, tendo a Assembleia Municipal deliberado aprovar por unanimidade, esta ata em minuta ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal



Vitalina Roque Sofio

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues